

O NORDESTE BRASILEIRO: UM EXEMPLO NO ESTUDO DA “QUESTÃO REGIONAL”

META

Resgatar o conceito popular do Nordeste e suas limitações de análise. Analisar em termos históricos e econômicos a construção do Nordeste, em especial a partir da metade do século XIX. Explicar os contornos reais da configuração do Nordeste como uma construção política, mas de grande exploração econômica.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

apreender as contradições existentes, histórica, econômica e espacialmente sobre o Nordeste, na tentativa de explicar porque existe tanto discurso sobre o destino econômico e social da região Nordeste e por que é conhecida como região problema. Mais uma vez é construir uma possibilidade de entender o Nordeste como uma construção, mito ou necessária ao desenvolvimento de outras regiões economicamente mais fortes.

PRÉ-REQUISITOS

O aluno ter compreendido a dinâmica mais recente da economia brasileira.

Aula já apresentada na unidade 01 em sua aula número 05.



Leito seco da Lagoa do Piató em Assú/RN, 2000. A foto foi finalista no 6º Concurso Leica-Fotografe e demonstra a luta do nordestino na busca por água.

(fonte: www.jeanlope.com)

INTRODUÇÃO

Sem dúvida nenhuma estudar a questão Nordeste é fascinante, de certa forma apaixonante, pois nascemos e vivemos nela e sabemos também do que existe de discurso por aí contrário a região, que vai do preconceito até a condenação de que o Brasil é hoje um país de fortes desigualdades sociais, simplesmente pela existência do Nordeste. Quer dizer, nós seríamos os culpados do atraso econômico e social brasileiro.

Assim, colhemos esse assunto engajado, sob a base da chamada “questão regional”, que surgiu durante o período do “planejamento estatal”, tão comum entre as décadas 50 e 60 do século passado, e o Nordeste foi o maior laboratório das experiências de “superação” de seus problemas.

A aula em tela é justamente para tentar fazer a leitura do Nordeste à luz do que vem a ser a questão regional, evitando leituras superficiais, percorrendo a natureza do planejamento sobre o espaço, a experiência da SUDENE sob a competente administração do economista Celso Furtado, e qual foi,

ou ainda é, o papel da região no contexto da economia brasileira.

Apenas para alertar, não navegaremos em temas bem peculiares e que dão a cara regional do Nordeste para as demais regiões brasileiras, como a música, o artesanato, o turismo o ano todo, e outras formas de propaganda, que são importantes, mas não dão conta da grandiosidade dessa região e das autenticidades de seus habitantes. Não de suas elites, que são predatórias e instrumentalizam a região para atender benefícios de determinados grupos políticos, mas de uma população honesta e trabalhadora que luta em seu dia a dia para sobreviver. E ainda assim, são taxados de “cabeças chatas”, “briguentos” e preguiçosos.

Devemos superar esses preconceitos, construindo um discurso mais autêntico e que reflita porque chegamos a uma situação de tanta pobreza e tanta desigualdade social. Essa é a proposta da aula.



O Céu de Suely é um filme que conta a história de Hermila, que sonha com uma vida melhor no Sul do país. Depois de tentar a sorte em São Paulo se vê obrigada a voltar para a casa de seus pais no interior do Ceará com um filho e a espera de um marido que nunca chega. O filme mostra principalmente a realidade do interior nordestino em contraste com os grandes centros, sonho não só de Hermila.

(Fonte: <http://www.cinemaemcena.com.br>)

A QUESTÃO REGIONAL

Inicialmente devemos entender que a chamada “Questão Regional” não faz mais parte da agenda entre aqueles países que possuem fortes desigualdades regionais, a exemplo do Brasil. Simplesmente porque tentar aproximar áreas pobres das áreas mais ricas, não traz nenhum efeito ou benefício. Por outro lado, sabemos que a categoria “Região” não tem tanto sucesso nos dias atuais. A categoria “Território” substituiu em quase tudo. Porém, é fundamental tentarmos entender, mesmo que superficialmente, o que vem a ser “Região”.

Em linhas região nada mais é do que a configuração “homogênea” de determinadas características geográficas e que lhe dão sentido e diferença em relação às outras regiões. Quando dissermos “região do agreste de Itabaiana”, o que isso significa? Simples. Significa que essa região integra como uma “área” de transição entre a região da zona da mata litorânea e o sertão propriamente dito. Soma-se também ao desenvolvimento da agricultura de subsistência, hoje conhecida como de agricultura familiar, ou ainda como “celeiro agrícola” sergipano, isso exemplificado pela grande contribuição do município de Itabaiana.

Esse tema é importante, pois quando os problemas surgem e eles estão configurados como problemas regionais, o tópico “questão regional” emerge e ele foi muito importante em determinados momentos da história brasileira. Daí a nossa proposta de inserir no estudo da Geografia Econômica esse apaixonante tema

Desse modo, entendendo minimamente o que é região, vamos ao que interessa na aula: a questão Nordeste.

QUANDO SURTIU O NORDESTE?

Até parece que estamos brincando com coisa séria. Afinal o nosso inconsciente está construindo que, em termos históricos, sempre o Nordeste existiu. Essa é a primeira coisa que o aluno deve entender.

Por incrível que pareça, o Nordeste nunca foi percebido durante grande parte da história econômica brasileira, particularmente durante a fase dominada pelo modelo “agrário-exportador”. Na percepção de economistas como Wilson Cano, Celso Furtado e o grande geógrafo Manuel Correia de Andrade, além do nosso Francisco de Oliveira; o Nordeste surge quando algo acontece e que foi historicamente sem precedentes: *o surgimento da atividade cafeeira na região centro-sul do Brasil*. Vamos tentar explicar esse processo, que até parece que são coisas totalmente diferentes.

Sabemos que o desde o período de ocupação portuguesa no Brasil, a dinâmica da atividade econômica esta baseada em *ciclos econômicos*, mas uma atividade foi determinante durante todo esse período: a atividade

canavieira. E o inexistente Nordeste dessa fase era a “região” mais importante. Mesmo sob o domínio do ciclo da produção de ouro, entretanto essa fase foi curta e pontual. Não é para menos que os maiores centros urbanos brasileiros, até finais do século XVIII estavam aqui perto: Salvador e Recife. Tudo isso em função da atividade canavieira desenvolvida na úmida “região” da Zona da Mata e das atividades da pecuária desenvolvida na “região” do Sertão e circunstancialmente com as atividades algodoceiras.

O fenômeno do café mudou o quadro? Por quê?

Podemos destacar diversos fatores que contribuíram nesse processo. O primeiro foi à *transferência da capital do Brasil, de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro* na segunda metade do século XVIII, o que descentralizou nas decisões portuguesas no Brasil, agora marginalizando a região canavieira. Mas esse não seria o maior fator, por ser de natureza política e administrativa. O principal realmente foi o surgimento da atividade cafeeira, que, em poucas décadas fortaleceu a economia paulista e consolidou a economia brasileira mais adiante em termos industriais.

Um segundo fator seria a *forte imigração européia de pequenos agricultores familiares com destino ao interior paulista*. Com essa mão-de-obra, que trazia práticas coletivas de atividade agrícolas, além de relativo desenvolvimento no domínio das técnicas de cultivo, isso ajudou no desenvolvimento da cafeeicultura, pois essa força de trabalho era *livre e em sua maioria colonos*, o que lhe dava certa autonomia. Bem diferente do Nordeste, que ainda utilizava a mão-de-obra escrava. Essa mão-de-obra de origem européia daria os primeiros passos na introdução nas formas de *assalariamento de trabalho*, também bem diferente daquela existente no Nordeste.

Outro fator era a *existência de capital mercantil no segmento da cadeia do café*. Ou seja, a existência de uma classe de capitalistas do ramo comercial e mercantil, consolidado em São Paulo, serviria como meio no investimento da atividade cafeeira, na medida em que estes senhores eram comerciantes do café, e isso impulsionava a venda do produto, toda ela voltada para exportação. O que favoreceria a capitalização do setor, dando capital de giro e maior circulação da riqueza na região, quando o preço do café no mercado internacional era maior que a cana-de-açúcar.

Agrega-se também a *construção de ferrovias no interior paulista*, articulando a região produtora com o centro de escoamento – o porto de Santos – e mais importante, diminuindo substancialmente os custos de transporte.

Enfim, o café contribuiu no aumento da riqueza da então Província de São Paulo, inclusive dando os primeiros passos na formação de um *forte mercado interno*.

Todo esse processo era foi realizado na segunda metade do século XIX. E o que acontecia no Nordeste? Em termos estruturais, nada. Pior, a cana-de-açúcar sofria a concorrência da cana financeiramente mais rentável da

região do Caribe e ainda a emergência de outras atividades na região: a rentável atividade algodoeira e da tradicional atividade pecuarística. Efetivamente havia uma *grande estagnação econômica do Nordeste*.

Oliveira (2008:153) amplia ainda mais esse processo, da qual se materializa o Nordeste no século XIX a partir de uma diversidade de “fontes” para a construção da “região”:

“É possível constatar, sem recuar muito no tempo, que o Nordeste como ‘região’, tanto no sentido aqui proposto quanto no sentido mais corrente da literatura, na opinião pública e nas políticas e programas governamentais, somente é reconhecível a partir de meados do século XIX, e sobretudo no século XX.”

O que poderíamos tirar como grande conclusão em todo esse processo? Uma coisa inusitada: só quando a atividade canavieira perde sua força econômica é que o Nordeste aparece. *Vou mais adiante: O Nordeste surge quando o eixo econômico passa dessa “região” para o Centro-Sul do Brasil*. E daí, qual o resultado: com a perda, surgem as reais entranhas da pobreza nordestina.

Agora ela se torna “Região-Problema”. É o que veremos em seguida.

ATIVIDADES

Você acha que, se o nordeste optasse por outra atividade econômica mais competitiva, excluindo a cana-de-açúcar, não sofriria tanto assim e consequentemente não perderia seu poder regional? discuta com seus colegas.



O NORDESTE COMO REGIÃO PROBLEMA E A QUESTÃO DO PLANEJAMENTO REGIONAL

Essa parte da aula será de fundamental importância para entender o Nordeste contemporâneo, e que ainda sofre os percalços históricos de seus problemas sociais e econômicos.

Indiscutivelmente o Nordeste tem os piores indicadores sociais e concentra a maior parte em número de pobres no país. É claro que existem explicações e foram inúmeras as tentativas de superação desses problemas. Questões como a forte concentração fundiária, o próprio problema da seca e a persistência desses indicadores durante décadas permitiu classificar o Nordeste como a região de maior pobreza nacional.

Entretanto, é conveniente salientar que a “região problema” pode ser vista como uma construção. Um discurso construído onde retrata a realidade social e econômica regional e ao mesmo tempo pede soluções de Estado. O que confunde ainda mais.

Com a perda da dominação econômica em nível nacional, a elite nordestina, que poderíamos chamar de “oligarquia” (que significa poucas famílias que dominam econômica e politicamente uma determinada região), constrói esse discurso e justifica que o Nordeste tem sofrimentos que não existem em outras regiões e, portanto, o Estado tem que criar ações, programas e projetos para que o Nordeste “supere” sua pobreza estrutural (ou seja, pobreza de longo prazo).

O que significa isso? Será que as nossas elites regionais tinham tanta sensibilidade assim? Tinham uma proposta real de melhoria das condições de pobreza da maioria da população nordestina? O que o aluno acha?

É evidente que não somos tão ingênuos assim! O que estava por trás disso justamente era a realização dos próprios interesses dessas oligarquias que dominavam cada estado nordestino. Ou na expressão de Francisco de Oliveira, que o Estado “seria capturado” por essas elites, criando assim as condições de desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o Nordeste e que certamente não tinham como principal alvo a população pobre!

Podemos citar duas dessas políticas e que praticamente percorreram grande parte do século passado: *a primeira relaciona-se com a questão do combate às secas, e a segunda com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).*

O aluno deve verificar que às secas sempre existiram no Nordeste. Mas o conhecimento delas se daria em finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Assim, a criação do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca) na década de 30 serviu mais para atender os grandes proprietários de terra e as lideranças políticas regionais. Esse Departamento, durante sua vigência no período mais vigoroso, principalmente entre as décadas de 40 e 70 do século passado era dominado pelas elites cearenses.

Para que serviria o DNOCS? Fácil responder: para construir açudes nas fazendas particulares, valorizando essas propriedades, onde utilizava sem qualquer escrúpulo as máquinas, os produtos e principalmente a mão-de-obra, todas pagas com recursos do governo federal! Ou seja, sob o discurso que o Nordeste precisaria superar seus problemas de pobreza, fome e seca; as obras vinham justamente para atender aos desejos das oligarquias locais.

Mantendo uma política dessa maneira, durante décadas, é evidente que o atraso seria ainda mais aprofundado. Daí a postura de CANO (1980) quando aborda que o Nordeste foi quem mais recebeu recursos federais, e ainda se manteve na pobreza e na fragilidade de seu mercado interno.

No mesmo sentido seria a criação da SUDENE em finais da década de 50. E esta seria a grande criação do governo voltada para uma região consolidada como a mais pobre do país. Em que bases?

Basta observar que a partir dos anos 30 a região Sudeste, particularmente o estado de São Paulo, se consolidaria como uma região industrializada e as diferenças econômicas regionais eram gritantes.

É justamente neste período que o discurso dos chamados “desequilíbrios regionais” eram também montados, agora em cima de propostas mais ambiciosas. E para que as regiões pobres pudessem acompanhar o desenvolvimento industrial das regiões mais ricas, teria que haver a intervenção do Estado, fazendo as devidas correções. E uma das prioridades da SUDENE era atacar o “atraso regional” a partir do desenvolvimento regional.

Desse modo emergia a proposta da política de “planejamento regional”, como forma de desenvolver políticas públicas e principalmente da intervenção estatal dentro do modo capitalista de produção, atacando diretamente as questões desse atraso.

A SUDENE seria o fato mais importante em termos regionais no Brasil a partir da segunda metade do século passado. Mas como o DNOCS, mesmo que quadros de qualidade tenham trabalhado na SUDENE, inclusive sob a liderança de homens competentes e sérios como Celso Furtado, a SUDENE foi também capturada pelas elites nordestinas. Diferenciando-se apenas pelo método aplicado dessas elites. Agora a questão seria muito mais complexa, pois envolvia programas de desenvolvimento industrial e a possibilidade de formação de uma emergente e numerosa classe média nordestina.

Essa diferença estaria na possibilidade que as novas oligarquias (industrial e não-açucareira) tinham em fazer *associação de classe* com as elites sulinas. Em outras palavras, a implantação de uma determinada planta industrial seria na verdade a extensão de uma indústria do sul do país, que vinha para o Nordeste já com amplas garantias, como financiamento garantido por bancos estatais (Banco do Brasil, Banco do Nordeste) e isso a juros baixos, ganhando terreno e infra-estrutura básica, como energia elétrica, sistema de saneamento básico, acessibilidade, etc. É claro que a burguesia regional nordestina teria interesse nessas ações, fazendo esse *acordo por cima*, sem necessariamente alterar a perversa estrutura social nordestina. Mais uma vez, o ataque contra a pobreza seria adiado, a questão prioritária seria agora o desenvolvimento industrial (o aluno não deve esquecer que os tais DISTRITOS INDUSTRIAIS foram uma criação desse período e que em Aracaju conhecemos muito bem).

Essa seria a essência da questão do planejamento regional brasileiro. Não querendo transformar o capitalismo, mas conviver com ele. É bom saber que nesse período a influência da União Soviética (hoje, Rússia) era muito forte em nível mundial e a idéia de planejamento veio justamente das experiências desenvolvidas nesse país socialista, onde tinha um Estado forte e centralizado.

Mas não devemos enganar que o planejamento aplicado no Brasil não tinha nada a ver o planejamento do Leste Europeu. Era um planejamento dentro do capitalismo, que, por essência produz desigualdades. O que torna contraditório. Era um planejamento subordinado ao sistema capitalista, ou nas palavras de um economista americano de esquerda, Paul Baran: “*Não é o planejamento que planeja o capitalismo, é o capitalismo que planeja o planejamento*”.

Em seguida veremos a verdadeira explicação sobre o Nordeste, a partir de uma perspectiva mais realista e crítica.

A CRIAÇÃO DA DIVISÃO REGIONAL DO TRABALHO: O NORDESTE COMO “REGIÃO” NECESSÁRIA AO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

Excluindo a conhecida concepção de que o Nordeste é a região mais pobre do Brasil, nessa parte vamos defender o quadro real desse “atraso” econômico e social.

Uma primeira questão relaciona-se com a chamada *integração da economia brasileira a partir da década de 30* do século passado. Integração no sentido de que o Brasil estaria agora articulado por portos, aeroportos e principalmente estradas, cortando todo o território nacional.

E que resultado poderíamos extrair desse fato? Ora, na medida em que São Paulo já se consolidava como o estado industrialmente mais importante do Brasil, *com a integração da economia nacional, São Paulo fortaleceria ainda mais*, quando sabemos da possibilidade de seus produtos industriais e serviços serem agora vendidos para um mercado interno ainda mais amplo. E mais importante, que as indústrias paulistas poderiam também atuar em outras regiões brasileiras.

E foi justamente que aconteceu com a região Nordeste. Com a criação da SUDENE e seus programas de incentivos a industrialização regional, é evidente que a presença de empresas do centro-sul ia ser um processo “natural”, quando existiam facilidades e benefícios para a implantação desses empreendimentos na região. Só com um importante detalhe, o *excedente ou os lucros dessas empresas não seriam canalizados para a própria região e sim “drenados” para suas sedes localizadas na região Centro-Sul ou até fora do país.*

É evidente que toda essa dinâmica não alteraria em termos estruturais a real situação econômica e social do Nordeste. Pelo contrário, o quadro de agravaria. Mesmo com a presença de unidades industriais, e suas conseqüências, como geração de emprego e o crescimento urbano de algumas capitais regionais, observam-se a permanência de sérios problemas sociais, tanto nas áreas urbanas, e principalmente nas áreas rurais.

Basta ver ainda nos dias de hoje a pobreza generalizada em grandes cidades como Salvador, Recife e Fortaleza.

O que mais uma vez extraímos do nosso autor – Chico de Oliveira – de construir fortemente o argumento interessante, que passamos a colocar em uma só frase: *“Foi à divisão regional do trabalho que contribuiu para realizar a acumulação de capital nos centros hegemônicos da economia brasileira, mantendo o Nordeste uma região pobre, mas necessária para a realização desse processo de acumulação”*.

Em outras palavras. Como é o trabalho que gera riqueza, ele dividido regionalmente no Brasil, ganha quem economicamente é mais forte. Os fracos apenas são subordinados e condenados a serem pobres para sempre!! Essa é a lógica perversa que a integração trouxe para o Nordeste. Outra variável importante é que as regiões mais ricas ganharam foi à mão-de-obra farta e barata e que se descolou aos milhões para a região Centro-Sul. A migração Nordeste-São Paulo foi avassaladora e com isso, quem ganhou? Mais uma vez: foram eles! E ainda nos chamam de cabeças chatas e preguiçosos!

Daí a nossa tese da incrível necessidade da configuração da *perpetuação do Nordeste enquanto região fornecedora de matéria-prima e mão-de-obra barata para a realização dos ganhos dos outros!* O que descarta da posição cínica, dizendo que o Nordeste é uma região problema. Devemos rechaçar essa posição, além de combater a postura preconceituosa e racista de muitos sulistas contra os nordestinos.

CONCLUSÃO

A riqueza do conteúdo da presente aula foi para dar uma leitura diferente sobre a questão Nordeste, para não cairmos nas armadilhas de determinados discursos de “naturalização” da nossa pobreza. Bem verdade que as nossas elites foram incompetentes em desenvolver a região, afinal elas cresceram sempre mamando as tetas do Estado. Efetivamente perdemos, em um determinado momento da nossa história, a oportunidade de desenvolvermos. O que levou a um quadro social e econômico danoso. Mantendo a grande propriedade, o retardamento da extinção da força de trabalho escrava e a baixa produtividade de seus principais produtos como a cana-de-açúcar e o algodão, sem força competitiva no mercado externo, é evidente que estaríamos condenados a não obter o desenvolvimento. Mais grave ainda foi a integração econômica regional que praticamente selou a nossa possibilidade de se tornar uma importante região industrial.

Dessa aula podemos extrair uma grande lição: o Nordeste, mesmo com suas mazelas sociais, ainda é importante para o Brasil. Porém, a nossa auto-estima de nordestino não pode ser ceifada. Pelo contrário, o Nordeste é necessário, e devemos lutar para superar esses problemas.



RESUMO

A chamada região Nordeste, como conhecemos atualmente, não era “conhecida” até meados do século XIX. Apenas com a perda competitiva de suas principais atividades econômicas em relação à atividade da cafeicultura do Centro-Sul, onde a região foi “descoberta”. Ou seja, com a mudança do eixo econômico brasileiro, passando do Nordeste para a região Centro-Sul, é que o Nordeste apareceu, e agora com seus principais problemas, como a impossibilidade de concorrer com os produtos similares no mercado externo (como a cana-de-açúcar), o problema da seca e da existência de uma oligarquia econômica e politicamente dominante, onde efetivamente não havia “espírito capitalista” moderno e atuante. Da descoberta para a configuração de região problema, o Nordeste agora seria alvo de diversas políticas públicas, isso justamente com objetivo de superar os problemas gerados “por eles mesmos” fazendo as “correções”, para diminuir os “desequilíbrios regionais”. A criação do DNOCS e da SUDENE foi na direção de fazer essas correções, mas que na verdade esses órgãos estatais foram capturados pelas elites locais, simplesmente com objetivo de atender seus interesses e não para atender as necessidades estruturais da esmagadora maioria da população nordestina. O que agravou ainda mais o quadro social e econômico, pois as estruturas do Estado eram instrumentos de perpetuação de dominação desses grupos políticos, que, em cada Estado, fazia sua política, subordinando todos, perseguindo que não rezava com a cartilha, “privatizando o Estado”. O que se conclui que o Nordeste, em termos gerais, e principalmente a partir da integração da economia brasileira a partir dos anos 30, “integra” como região subordinada e fundamental ao processo de acumulação de capital, e que, o excedente gerado é apropriado fora da região. As próprias políticas de desenvolvimento regional (desenvolvidas pela Sudene, principalmente no segmento industrial) reforçou essa subordinação. Daí dizermos que: com a divisão regional do trabalho, o Nordeste torna-se grande fornecedor e matéria prima e de mão-de-obra barata para as regiões economicamente mais importantes. E ainda nos chamam de cabeças chatas!



ATIVIDADES

1. Do ponto de vista do método aplicado pelas oligarquias nordestinas, o que diferenciou o método aplicado por estas elites nordestinas na captura do DNOCS e da SUDENE. Era diferente essa dominação ou seriam as mesmas capturas?
2. Outra atividade: Se o Nordeste fosse um país, com soberania e tudo, seríamos melhores ou piores em relação ao quadro social e econômico da região?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Esse aspectos são interessantes na medida em que amplia o debate sobre a questão Nordeste, particularmente na segunda questão, da qual o aluno deveria ter uma posição definida.

PRÓXIMA AULA

Vamos diferenciar um pouco o tema da próxima aula. Marcharemos dentro de uma perspectiva da Geografia Positivista. Trataremos de algumas teorias econômicas de cunho geográfico, conhecidas como teorias de localização.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Editora Atlas, 1984.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1980.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1974.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1977.

_____. **Noiva da revolução. Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.